

UNIDADE CRISTÃ E RECONCILIAÇÃO SOCIAL: COINCIDÊNCIA E TENSÃO

José Miguez Bonino

Conferência patrocinada pelo Centro de Ecumenismo do Rio de Janeiro e proferida na Pontifícia Universidade Católica, em maio de 1971.

O termo "ecumenismo", quase desconhecido até há umas poucas décadas já entrou, definitivamente, no vocabulário do homem contemporâneo. A imprensa, o rádio, a televisão — tribunais de idéias comuns de nosso tempo — deram-lhe o seu beneplácito. O público, para o qual as palavras têm um valor mais afetivo do que conceptual, vincula "ecumenismo" com paz, fraternidade, reconciliação, unidade, diálogo construtivo e aberto, os termos que simbolizam seus anseios e esperanças. O ecumenismo é bom e o antiecumenismo é mau e retrógrado (preconceber, se diz em termos católicos). Desde o ponto de vista da comunicação deve-se dar êste "cliche" por adquirido.

É precisamente esta situação, entretanto, a que torna urgente a necessidade de esclarecimento, a precisão, a reflexão contínua, a prova crítica, a fim de ir insuflando no termo e símbolos aceitos, um conteúdo tal que lhes permita responder às condições históricas concretas em que hoje se coloca o problema da unidade cristã. Em outras palavras, é imperioso evitar que o ecumenismo se cristalice na mente popular

em forma de esperanças superficiais, de visões irreais ou alienantes, que logo serão decepcionantes, deixando um saldo de pessimismos, rebeldia e amargura.

I

O termo ecumenismo incorpora, desde a sua origem, uma dimensão secular, sociológica e, inclusive, geográfica, e, outra, eclesiástica, teológica, missionária. Nesta conjugação encontraremos ao mesmo tempo, a dinâmica, a tensão, a importância e a aventura do ecumenismo.

"Oikumene" designa, como já sabemos, tanto no grego clássico como no hebraico, a terra habitada. Em algumas ocasiões é sinônimo puro e simples de mundo, da totalidade da terra; mais freqüentemente designa a terra como cenário da existência e atividade humana — o mundo cultural grego ou o império político de Roma. Assim, "oikumene" recebe uma conotação cultural, em primeiro lugar — é a geografia, a terra, em função humana, como o âmbito onde o homem estende a sua cultura — e, em seguida, uma conotação política — o mundo habitado pela lei.

É a terra habitada, impregnada pela razão grega ou pela ordem romana: é a terra dos homens, não como realidade puramente objetiva, mas a terra da atividade humana.

Quando aparece o Cristianismo, a "oikumene", a terra dos homens, vem a ser o âmbito natural da missão cristã — a consequência lógica do caráter universal do Evangelho. Toda a terra é de Deus, objeto de seu governo soberano e cuidado paternal. "Do Senhor é a terra e a sua plenitude, a "oikumene" e os que nela habitam" (Sal. 24:1); Deus a deu ao homem "para que habite em toda a extensão da "oikumene" (Gên. 2:15). O propósito de Deus é a que humanidade povoe uma "oikumene" integrada pelo amor, governada pela justiça e estabelecida em paz. Jesus Cristo vem a este mundo por amor a todo esse mundo humano — a "oikumene" inteira. Seu ensino, sua ação de amor e, sobretudo, seu sacrifício, são por todo o mundo dos homens: sua ressurreição inaugura uma nova humanidade, uma era nova é aberta a todos os homens e destinada a reuni-los a todos. Assim como a divisão e a mútua destruição tornaram trágica a existência da humanidade, do mesmo modo no Evangelho de Jesus Cristo se inicia uma nova existência humana que deve se estender "até aos confins da 'oikumene'".

Esta visão ecumênica do Cristianismo primitivo rompe, inclusive, as limitações culturais e geográficas do uso grego e romano. Nesta nova humanidade "não há gregos ou bárbaros", "escravos ou livres", "homem ou mulher", cidadãos ou estrangeiros. Jesus Cristo é o Senhor de todos os homens — sua autoridade libertadora se estende a todos os confins da terra e, por conseguinte, reúne e abrange a todos os homens, abrindo uma terra humana onde as fronteiras sociais, raciais, culturais ou políticas já não podem opor, definitivamente, os homens. Evidentemente, a Igreja primitiva sabe que essa visão não se realizou. Mas, em princípio, a comunidade cristã, a Igreja, representa a vanguarda, o núcleo e o gérmen desta nova humanidade que de-

ve habitar a terra inteira. Na unidade criadora, livre, aberta e humana da Igreja, que vive do poder reconciliador de Jesus Cristo, se prefigura e se inicia essa outra unidade humana plena que é o propósito de Deus para toda a terra, para todos os homens, e que ele realizará completamente no seu dia. Ali a intenção cristã e a problemática humana se encontram: o ecumenismo cristão vem a ser ao mesmo tempo, o núcleo e servidor de uma nova esperança para a humanidade — "uma nova terra "oikumene) onde habita a justiça."

II

A relação entre as duas buscas ecumênicas — a secular e a da Igreja — adquire hoje uma importância capital para o mundo e alcança um foco histórico decisivo. É talvez por isso que presenciemos um renovado interesse do mundo pelo pensamento e pela ação cristã. Mas, o que é mais importante, esta coincidência coloca sobre a Igreja uma pesada responsabilidade: a de servir o homem em sua busca. E servi-lo à luz de sua mensagem.

1. Não é necessário gastar muito tempo para sugerir a busca "ecumênica" ao nível da história contemporânea. A situação tem, em alguns sentidos, paralelismos com a do primeiro século de nossa era, a época do nascimento do Cristianismo. O Império Romano atuava, então, como fator de aproximação humana no mundo Mediterrâneo e, mesmo, mais longe: estradas, segurança, expansão da cultura grega, a lei e, a seu favor, o comércio e o intercâmbio cultural. Em nossa época, a grande revolução industrial, científica e tecnológica tem desempenhado esse papel e, hoje, como já o sabem até as crianças, o mundo se tornou "um grande bairro" e até o espaço se está tornando "oikoumene", casa habitada, espaço do homem. Os acontecimentos políticos, culturais, esportivos, econômicos, perderam sua limitação local: uma mesa de ping-pong em Pequim, o mercado de valores de Londres, o governo provincial da Rodhesia ou

uma epidemia no gado da Austrália se transformam, de repente, em centros de uma órbita de interesse de amplitude universal.

2. Aqui não é necessário e nem possível mostrar como a pesquisa científica, o desenvolvimento cultural, os meios de comunicação de massa, as linhas ideológicas — para não falar dos interesses econômicos — se concebem a si mesmo em dimensões mundiais e atuam nesses termos. Estas idéias já foram o suficientemente elaboradas como para necessitar uma exemplificação agora. Basta ler as revistas especializadas em qualquer campo do saber e da atividade humana para se inteirar de que a vida humana hoje — em qualquer lugar — tem uma referência necessariamente ecumênica, e que isso exige a criação de estruturas de comunicação, consulta, decisão, que levem em consideração essa dimensão.

3. O que nem sempre se adverte com clareza é que, neste mundo interdependente, nesta história universal em que convergem nossas histórias isoladas, uma série de fraturas sociológicas, políticas, econômicas, ideológicas, criam tensões que adquirem características ameaçadoras para todos os homens.

a) A “universalização de nossa história” se dá no marco do colonialismo e imperialismo econômico — demasiadamente bem documentados como para exigir agora a prova de minha parte — que submetem a dois terços da humanidade numa crescente dependência, miséria, subdesenvolvimento, enquanto que o terço restante (a custa dos outros) atinge níveis cada vez maiores de opulência (mas, é certo, não sem seus problemas!). A unificação do mundo, longe de trazer uma solução à desigualdade, a agrava, ao favorecer os mecanismos de controle econômico e de facilitá-los mediante a propaganda massiva, a exploração de mercados, mão-de-obra e recursos naturais distantes, e de mil outras formas.

b) A discriminação racial — um velho problema humano — atinge agora novas proporções quando pode ser visto em sua dimensão global, que permite aos negros

dos Estados Unidos, África e do Caribe, por exemplo, ver sua causa como uma só, e assim, obriga a decisões de instituições religiosas culturais ou esportivas que tem caráter universal. O convite a uma equipe branca de *cricket* da África do Sul para ir a Inglaterra, ou a admissão de negros numa congregação metodista da Alabama (Estados Unidos) adquirem as proporções de um conflito ou uma solução, totais.

c) É necessário notar, além disso, que estas possibilidades e conflitos coincidem com o nascimento e desenvolvimento em nossa história de um “*ethos*” universal — ao qual o Cristianismo não é, de forma alguma, alheio: o anelo, a exigência, a busca da dignidade humana, de uma humanização da vida, coletiva e individualmente. O homem do século XX não pode conceber a sua vida e seu futuro de outra forma senão afirmando a sua decisão de ganhar e desfrutar “os direitos fundamentais do homem, a dignidade e o valor da pessoa humana, a igualdade de direitos de homens e mulheres, de nações...” Trata-se de homens, grupos de gerações, classes sociais, grupos raciais, nações que tomam consciência de seu caráter de atores do drama histórico e não simples objetos de decisões alheias. Os aspectos econômicos e políticos desta busca — fundamentais como são — não devem ser isolados desta dimensão humana total, que se percebe claramente, por exemplo, no mundo intelectual e juvenil dos países mais desenvolvidos e, técnica e economicamente, poderosos.

III

Quem não entender o problema do ecumenismo cristão na perspectiva deste panorama de encontro e conflito do homem em nossa época, terá uma visão muito minguada de fé e da unidade desejadas por Deus. Quem não ver estes movimentos da história, com suas luzes e suas sombras, só conseguirá fazer do ecumenismo cristão uma questão de sacristia — uma pequena reconciliação doméstica de uma insignificante querela

doméstica — que só poderá arrancar da humanidade um sorriso de indulgência ou um bocejo de tédio.

Entretanto, qual é, mais exatamente, a relação entre o propósito unitivo de Deus, o afã reconciliador do Evangelho e a unificação factual e os crescentes conflitos de nossa história contemporânea? Nenhum corpo eclesiástico significativo pode ignorar esta pergunta. A Igreja Católica Romana e o Conselho Mundial de Igrejas, por exemplo, os dois organismos cristãos mais marcados (embora muito diferentes entre si) confrontam este problema constantemente, tanto no crescente intercomunicação como as violentas tensões que uma e outro experimentam, o demonstram claramente. Que fazer então? Creio que estamos presenciando três respostas típicas que descrevo um tanto esquematicamente, mas que provavelmente se reconhecerão sem dificuldade.

(1) Há no entanto, aqueles que se ressentiriam mesmo desta colocação. Quando a Comissão de Fé e Constituição do Conselho Mundial de Igrejas anunciou como tema de sua próxima reunião "A Unidade da Igreja e a unidade da Humanidade", não faltaram os que nos advertiram de que o Conselho estava abandonando seu objetivo fundamental: a unidade cristã. Semelhantes discussões acompanharam também o debate sobre o decreto "De Ecumenismo" do Concílio Vaticano II. A unidade da Igreja se dá em torno da fé em Jesus Cristo, a revelação de Deus, e, portanto, concerne à Igreja e não deve misturar-se com o problema humano geral, cujas soluções correspondem a outra ordem de coisas. Igualmente, os conflitos da Igreja têm sua base em pontos de vista divergentes no que se refere a essa revelação particular, e, portanto, não têm nada que ver com as divisões e tensões humanas. Quando muito, a unidade cristã permitirá aos cristãos agir mais de acordo no nível geral. Mas não somente se devem distinguir aqui os planos mas mantê-los separados para evitar infiltrações ideológicas, políticas ou seculares em geral, no problema do ecumenismo cristão.

Tal solução parece muito conseqüente, e, sobretudo, muito "limpa". Mas, desgraçada ou afortunadamente — e seja dito com todo o respeito àqueles que a sustentam — não serve:

a) porque, na história real, todos os conflitos a que fizemos referência, acosam a vida de todas as igrejas. "Não há hora mais segregada nos Estados Unidos — disse alguém — do que no domingo às 11 da manhã" (a hora do Culto). Todas as igrejas norte-americanas se vêem hoje divididas pela confrontação racial. A incidência dos conflitos ideológicos e políticos no Catolicismo de meu país, por exemplo, ocupa as páginas dos jornais diariamente. Tal coisa não é de hoje: o historiador nos dirá que, freqüentemente, por trás dos conflitos doutrinários, se deixam ver facilmente fraturas sociais, econômicas, nacionais. Um verdadeiro ecumenismo encontra a problemática da tensão social humana dentro da própria problemática da unidade cristã.

b) os que mantêm a separação se vêem obrigados, em conseqüência, a conceber a unidade em termos puramente doutrinários ou estruturais-institucionais: um credo único, um governo único. Esta unidade formal, entretanto, tem muito pouco que ver com o conceito cristão de unidade, que é, fundamentalmente, "comunhão", a saber, uma **qualidade de existência humana** caracterizada pela mútua entrega, serviço, solidariedade, unidade de propósitos, uma co-participação ativa e concreta nas tarefas, nas responsabilidades, na missão histórica da fé. A unidade doutrinária e estrutural não é alheia a esta "comunhão", mas de nenhuma maneira a substitui.

c) esta "comunhão", esta qualidade de existência humana comum que o N.T. exige do povo cristão, não é um fim em si, mas, como dissemos, um "projeto" divino que se dirige a toda humanidade — o propósito de Deus de integrar todas as coisas em Cristo. Por conseguinte, a eliminação desta dimensão humana do problema da unidade cristã é inaceitável, não só prática como teologicamente.

(2) A segunda resposta afirma a relação entre a reconciliação cristã e reconciliação humana. Com efeito, Paulo diz, “Deus nos reconciliou consigo e nos deu o ministério da reconciliação”. E, Jesus, mostrou aos “criadores da paz” (pacificadores) uma recompensa particular: serão chamados “filhos de Deus” “... assim a Igreja... como um lábaro alçado ante todos os povos, comunicando o Evangelho da paz a todo o gênero humano...” (Con. Vat. II. De Oec.).

Com esta base se afirma a tarefa reconciliadora da Igreja. Nela, se afirma, se transcendem as diferenças de raça, classe, cultura, nação, que separam os homens. E assim, a Igreja deve chamar os homens a sua reconciliação, superando as inimizades e os conflitos, as estreitezas nacionalistas ou de classe. Por essa razão as autoridades eclesásticas se oferecem muitas vezes como mediadoras nos conflitos.

Esta posição parece muito clara e coerente. Nesta forma simples e direta, entretanto, se trata de um perigoso equívoco, que supõe que a “reconciliação” em Cristo se traduz em qualquer ordem de pacificação social. A Igreja cristã tem sido levada, com base neste equívoco, a patrocinar formas e estruturas de “paz social” e de “ordem” que trazem em si a semente de sua própria destruição. A miúdo tem derramado unguento nas feridas infectas da sociedade. Tem procurado acalmar, demasiado rapidamente, a inquietação e a desconformidade dos homens, fazendo-se mais uma vez credora da grave acusação de “ópio do povo” que Marx endereçou à religião em geral.

Duas falácias podem ser apontadas nesta identificação imediata de reconciliação em Cristo com pacificação social.

a) A primeira é uma leitura unilateral da própria Bíblia. Não há dúvida de que ali se anuncia que “em Cristo” não há “judeu nem grego”. Mas é “em Cristo”, isto é, na aceitação da obra de Cristo pela qual um e outro renunciaram aos seus erros, à escravidão à lei e à idolatria, para encontrarem-se, **convertidos**, na base da mútua entrega em amor. Não

é um simples encontro de ambos “tal como são”, mas, mediante esta conversão, o auto-esvaziamento da própria jactância. Ou seja, a reconciliação passa pelo caminho da cruz. Jesus Cristo não pacifica sem custo: o jovem rico deve vender o que tem, Zaqueu devolve os bens mal-adquiridos — um aceita o preço da reconciliação, o outro não. Paulo desenvolve um combate contra os judaizantes que pretendem aceitar os gentios ao preço de uma capitulação a eles e às suas condições. O A.T. — que faríamos bem não deixar de lado ao tratar deste tema — está cheio de conflitos que sómente são resolvidos pela vitória de uns e a derrota de outros. Deus mesmo conduz conflitos que reclamam sua justiça, castigam a perversidade, restabelecem o direito e, então, através do juízo, introduzem a esperança da paz.

b) Isto nos mostra a segunda grave tergiversação: a do conceito de paz. A Conferência de Medellín o assinala claramente, ao dizer:

“A paz não é... a simples ausência da violência e derramamento de sangue.” “Três notas caracterizam... a concepção cristã de paz. A paz é, antes de tudo, obra da justiça. Supõe e exige a instauração de uma ordem justa... A paz, em segundo lugar, é uma atividade permanente... não é passividade nem conformismo... A paz é, finalmente, fruto do amor.”

No A.T. os profetas clamam contra uma paz sem justiça. “Ai daqueles que curam levemente as feridas de meu povo! Ai daqueles que clamam: paz! paz! e não há paz!” “A paz de que fala a Bíblia não é qualquer classe de concórdia, pacificação ou ordem, mas a justa relação entre Deus, os homens e as coisas, a dinâmica criação de uma ordem humana.

(3) Esta compreensão tem levado alguns cristãos a conceber a missão da Igreja como a “contestação”: aguçar e intensificar os conflitos até levá-los ao desenlace — inclusive, através da violência quando isto é necessário. É preciso que se demonstrem agudamente as

contradições de uma sociedade onde não existe a verdadeira paz. É necessário obstruir o caminho a toda possibilidade de paz baseada na injustiça, na supressão dos direitos de alguns, na capitulação da humanidade de certos grupos, classes e raças. Isto só se consegue mediante a auto-afirmação dos setores oprimidos, que só adquirem sua verdadeira humanidade em seu confronto com o opressor. Somente à partir desta dignidade, reconquistada na luta, é possível pensar numa reconciliação em justiça, uma verdadeira paz.

Admitida esta perspectiva, sobrevem a necessidade de trasladar à própria comunidade cristã este conflito de oprimidos e opressores. Como posso comunicar — me dizia outro dia um jovem leigo católico — junto com um senhor que escraviza em sua fábrica meio milhar de operários? Cito trecho de um interessante livro norte-americano: "Black Theology and Black Power":

"Em primeiro lugar, me seja permitido dizer que a reconciliação em bases racistas brancas é impossível, porque esmagaria a dignidade dos negros. Em tais condições, os negros devem acumular sua hostilidade, trazê-la plenamente à consciência como uma qualidade irreduzível de sua identidade. Se os brancos insistem em ditar as regras do jogo da reconciliação, que só podem significar que os negros neguem a beleza de sua negritude, em tal caso, os negros devem fazer todo o possível para destruir essa coisa branca... Portanto, a teologia negra crê que a reconciliação só é possível e produtiva se os negros tiverem o espaço necessário para se realizarem como tal. A própria comunidade negra deve fixar as leis do jogo." (pg. 144 ss.).

Isso pode significar a necessidade de dividir a Igreja — ao menos temporariamente — a fim de assegurar este espaço, que hoje não existe na Igreja dos brancos.

Torna-se difícil pensar que a comunidade chamada à reconciliação não pode cumprir sua tarefa senão exacerbando

os conflitos. As vezes, ao lermos declarações desta espécie temos a penosa sensação de que se fez do conflito um novo ídolo, outorgando-lhe virtudes curativas em si mesmo. Daqui, parece haver um só passo para a tese famosa de F. Fanon que assina à violência um papel messiânico. A dialética do amor e a contestação é mais complicada do que esta simples tese de conflitos que se resolvem excitando-os até que expludam. Mas aqueles que estamos demasiado comodamente instalados no "lado branco" do conflito — e especialmente os teólogos que temos a tendência de brincar com estas coisas — deveríamos cuidar-nos de criticar com complacência uma situação da qual os cristãos somos em boa medida responsáveis.

IV

Que podemos dizer depois de nos defrontar com a ineludível responsabilidade de vincular a unidade cristã com a reconciliação humana, e de comprovar, ao mesmo tempo, a solidariedade cristã com o conflito social que não admite pacificações fáceis? Permitam-me apenas algumas observações que não pretendem ser uma solução para os cristãos, mas pontos de encontro para a discussão do tema.

(1) A primeira é a respeito do lugar que realmente deve ocupar a Igreja. A situação de "Cristandade" já passou — graças a Deus — e a Igreja não é chamada a "ditar" à sociedade nem as condições de sua paz e nem as de seus conflitos. Tampouco pode a sociedade pretender impor à Igreja as formas de unidade ou de divisão da mesma. Não é inútil recordar este fato, porque a tentação não está de todo ausente — tanto para os conservadores como para os revolucionários:

"As narrativas da Tentação (de Jesus) são particularmente importantes para nosso tema. A missão de Jesus a todos os homens se deixa ver claramente, no fato de lhe serem oferecidos os reinos do mundo. É convidado a introduzir a paz universal. O padrão da paz ro-

mana parece governar o relato. Jesus recusa esta possibilidade. Age dentro dos limites particulares que lhe foram designados." (The Unity of the Church and the Unity of Mankind "Material do Conselho Mundial de Igrejas"). (F O, 5)

A Igreja não é chamada a ditar a paz, a estabelecê-la, mas a servi-la. Se tenta o primeiro ponto, só conseguirá — já o fez mais de uma vez — estabelecer novas condições de opressão e novas divisões em seu seio. Porque, inevitavelmente, se fará escrava da "paz de alguém", constantiniana, imperial, branca, vermelha, americana. Sua presença "sacralizará" essa paz, sancionando as suas injustiças.

(2) A unidade da Igreja, a reconciliação da comunidade cristã, não é, pois, um produto de exportação, mas um "paradigma", humildemente oferecido ao homem em seus conflitos e em sua ânsia de comunidade. A primeira tarefa da Igreja a serviço da reconciliação humana é "ser Igreja", isto é, ilustrar a qualidade de comunidade que o poder reconciliador de Cristo cria. Não podemos agora, deter-nos nessas características: uma comunidade de homens livres, uma comunidade que se alcança pelo arrependimento, a disposição de servir, uma comunidade que se realiza em todos os níveis da existência, uma comunidade pela mútua entrega a um projeto comum (comunidade de missão), uma comunidade aberta, uma comunidade solidária com o passado mas aberta ao futuro, uma comunidade de mútua subordinação em amor. Todas estas coisas têm conseqüências enormes para a estrutura de uma sociedade justa. Mas os cristãos devemos nos cuidar de não tornar fáceis — e dogmáticas — as traduções. Importa mais que a Igreja "seja" estas coisas do que as "ensine".

(3) A afirmação anterior não pode nos servir de desculpa para evitar as decisões com respeito a alguns dos conflitos que dividem a humanidade. A Igreja de Cristo não está a favor de alguns homens — ocidentais ou orientais, ricos ou pobres, brancos ou negros —

e contra outros. Porque a Igreja é do Deus de todos os homens. Mas está por todos os homens em termos da justiça e da verdade de Deus. E, portanto, não pode permanecer alheia a estes conflitos. Entra aqui o conceito de militância e de disciplina eclesial, que penetra toda a Bíblia. A Igreja conhece uma linha de divisão: a que foi estabelecida pelo próprio Jesus Cristo, a linha de sua justiça e de sua verdade. A pregação de Jesus, foi, como ele mesmo disse, "uma espada" que separava os homens, que perturbava suas falsas reconciliações, unidades e paz.

Habitualmente pensamos que se trata exclusivamente da divisão produzida em torno da "doutrina". Felizmente, hoje, vamos compreendendo que o Evangelho é uma unidade indissolúvel e "quem nega a dignidade de um ser que Deus criou e por quem Jesus Cristo deu sua vida é tão culpado de heresia como o que nega um artigo da fé. A Igreja sempre reconheceu que há "confissões", verdades pelas quais alguém confessa ser discípulo de Cristo, ou o atraíça. Parece-me que Deus nos leva a descobrir hoje no campo ético algumas dessas verdades: não é esse o significado da afirmação dos Bispos em Medellín?

"Temos visto que nosso compromisso mais urgente é purificar-nos no Espírito do Evangelho todos os membros e instituições da Igreja Católica. Deve terminar a separação entre a fé e a vida, porque em Jesus Cristo o único que importa é "a fé que age por meio do amor". "A Igreja Latino-americana, reunida na Segunda Conferência Geral de seu Episcopado, centralizou a sua atenção no homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico. Deste modo, ela não se "desviou" mas "voltou-se" para o homem, consciente de que para conhecer a Deus é preciso conhecer o homem."

Isto significa que a Igreja tem que distinguir entre as verdadeiras e falsas unidades e entre as verdadeiras e falsas distinções. Por uma parte está a legítima

diversidade de que é o resultado da riqueza da criação de Deus e que não é incompatível com a unidade; temperamentos, culturas, formas de expressão. Por outra estão as falsas distinções introduzidas pelo pecado. E estão ainda as formas falsas de paz baseadas na escravidão ou na supressão da legítima expressão humana. Isto é o que os autores de “uma teologia negra” nos dizem com razão.

(4) Introduce-se, assim, o grave problema da unidade e separação dentro da comunidade eclesial, dentro do povo cristão. Não existem soluções fáceis, principalmente, não há receitas prontas para todos os casos e todas as épocas. Cada igreja em cada lugar e em cada época tem que lutar para descobrir, em agonia, quais são as distinções e divergências que podem subsistir dentro da fé comum em Jesus Cristo e o consequente serviço dos homens e em quais a própria verdade está em jogo. E (acrescentaria como protestante), só pode amparar-se no perdão misericordioso de Deus por seus erros. Somente me atrevo a concluir com três breves observações a esse respeito:

(a) A luz desta problemática, a maior parte de nossas atuais divisões se torna totalmente artificial. Poderia encontrar diversos pontos doutrinários que me separam de um católico, um ortodoxo e um luterano. Mas, realmente, que significam? São verdadeiras linhas de separação? Não são mais graves outras que me separam de outros metodistas? As verdadeiras crises da fé não correm pelas linhas das confissões tradicionais, senão que as cruzam. Por isso, e com razão, os jovens olham com assombro e desdem uma igreja que continua empenhada em lutas nas quais nada vêm em jogo. Um movimento ecumênico que simplesmente se insere nestas velhas linhas de combate resulta um interessante passatempo — um jogo de palavras cruzadas — mas não pode interessar vitalmente ao homem.

(b) Uma segunda observação é que esta distinção entre as divergências compatíveis com a fé comum e a linha irre-

ductível de confissão não pode ser alcançada desde o exterior dos problemas e conflitos humanos. A equanimidade resultante da não participação não é uma verdadeira equanimidade, mas indiferença e, por conseguinte, traição. Somente quando os cristãos tomam a responsabilidade de proclamar a totalidade da mensagem de Cristo, com todas as suas consequências para o homem e a sociedade, de fazê-lo concretamente em seu mundo — neste mundo de fome, e subdesenvolvimento, de exploração e violência — e convidar o próprio povo cristão a atuar valentemente no mundo a serviço desta mensagem — só, então, se notarão as linhas de verdadeiro conflito e de verdadeira tolerância.

(c) Finalmente, na perspectiva do propósito final de Deus de reconciliar todas as coisas em Cristo, nossos conflitos, mesmo os mais graves e reais, não podem menos que ser penúltimos. Nenhuma de nossas batalhas é a “batalha final”. Nenhum dos inimigos que enfrentamos é o “último inimigo”, o verdadeiro “Mal”. Nossos contrastes não são nunca branco e negro, mas cinzentos. Mesmo assim, nossa unidade, nossa paz, nossa reconciliação não são a Paz, a Unidade, a Reconciliação. Não se trata de negar seriedade à tarefa histórica, mas de colocá-la em perspectiva. Uma perspectiva que é decisiva, em primeiro lugar, porque nos impede de absolutizar nossos conflitos: são funcionais, têm que ver com a consecução de um novo nível de vida humana — o inimigo de hoje, o explorador, o opressor, deverá ser assumido, amanhã, num novo plano, como irmãos, como parte de minha própria existência. Por outro lado, nos impede de absolutizar nossas realizações — elas também são funcionais — a paz a justiça da nova ordem social, econômica, política, terão de ser perturbadas, contestadas, a fim de mover-se a um novo conflito e a uma nova paz. Jesus Cristo é o que oferece nesta história a reconciliação além do conflito e o conflito além da reconciliação, até que se estabeleça a reconciliação final, a unidade de todas as coisas nêle, que é a Verdade e a Justiça.